

## Revista Multidisciplinar

### CASO DE ENSINO: AMONDI – UM NOVO AMANHECER

Priscilla Patrício de Holanda; Maria Zenaide Alves e  
Eliete Maria Bueno da Cunha



Fonte: <https://images.app.goo.gl/imnotM5yCFzEPsKCB>

**PERIÓDICO CIENTÍFICO INDEXADO INTERNACIONALMENTE**

DOI: 10.5281/zenodo

DOI: 10.69720/Crossref

**ISSN**

International Standard Serial Number  
2966-0599

[www.ouniversoobservavel.com.br](http://www.ouniversoobservavel.com.br)

## CASO DE ENSINO: AMONDI – UM NOVO AMANHECER

Priscilla Patrício de Holanda<sup>1</sup>  
[priscyholanda@gmail.com](mailto:priscyholanda@gmail.com)  
Maria Zenaide Alves<sup>2</sup>  
[zenpiaui@yahoo.com.br](mailto:zenpiaui@yahoo.com.br)  
Eliete Maria Bueno da Cunha<sup>3</sup>  
[elietembueno@gmail.com](mailto:elietembueno@gmail.com)

**Revista o Universo Observável**  
**DOI: 10.5281/zenodo.12802491**  
**ISSN: 2966-0599**

CATALÃO  
2024

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Sociais – UFCAT.  
Pós-Graduada em Gestão e Coordenação Escolar – FAVENI.  
Mestra em Educação – UFCAT.

<sup>2</sup> Doutora em Educação – UFMG; Professora Titular da UFCAT.

<sup>3</sup> Graduada em Pedagogia – UEG; Mestranda em Educação \_UFCAT.

**Resumo:** Este texto tem como objetivo descrever um caso de ensino para educação étnico-racial, para ser utilizado como material didático em cursos de graduação e de pós-graduação em pedagogia e áreas afins. A elaboração do texto seguiu metodologia apropriada para casos de ensino. Os personagens centrais do caso são a professora Lúcia, as alunas Amondí, uma aluna queniana e Alice, aluna brasileira, da Escola Municipal José Benedito dos Santos em Guararema-SP. Este caso aborda uma situação fictícia de acontecimentos que ocorreram durante um evento organizado para a comemoração do “Dia da Consciência Negra” no ano de 2019. Os aspectos apresentados têm por objetivo possibilitar a discussão de conceitos como racismo no ambiente escolar, racismo estrutural, formação continuada, educação para as relações étnico-raciais e identidade negra. Ressalta-se que a Educação para as Relações étnico-raciais é uma disciplina nova na matriz curricular brasileira, decorrente da consolidação da Lei 10.639/03 que instituiu a obrigatoriedade de ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica.

**Palavras-Chave:** Racismo. Formação de professores. Educação antirracista.

## 1. INTRODUÇÃO: A SITUAÇÃO INICIAL

Guararema, 23 de novembro de 2019

São quase 17 horas, Lúcia a professora de História da Escola Municipal José Benedito dos Santos, no município de Guararema interior de São Paulo, anda de um lado para o outro na quadra esportiva, atenta e minuciosa, conferindo os últimos detalhes para o evento de logo mais a noite “Consciência Negra, enegreça-se!”. Vai até o portal de entrada checa se o vento daquela tarde não está forte o suficiente para levar o arco de balões pretos e brancos que enfeitam a entrada, muda de lugar os dois vasos dos pequenos *Flamboyant* amarelos e alaranjados, que indicam o caminho de terra da escola até a quadra, saudando com boas-vindas os ilustres convidados da noite, os alunos do colégio e suas famílias.

Lúcia havia se dedicado bastante naquela semana desenvolvendo atividades e promovendo oficinas para o debate e a conscientização sobre a data do dia 20 de novembro “Dia da Consciência Negra”, em

todas as oito turmas que lecionava, de 5º ao 9º Ano. Sentia-se incomodada pelo fato de a maioria dos seus alunos não conhecerem as histórias de luta por trás da data, mas especialmente a perturbavam comentários no dia-a-dia, entre um café na padaria ou um passeio na praça movimentada da cidadezinha do tipo “Que bobagem isso de um dia para festejar a consciência negra. E a branca? Tem dia? Ou é todo dia mesmo? É cada uma que esse pessoal desses movimentos inventa. Gente que não tem o que fazer.”

Desde outubro procurou a coordenadora Ana e a informou do seu desejo em fazer no mês de novembro um circuito de atividades artísticas voltadas para a questão racial. Apresentar a cultura africana praticamente desconhecida pelos seus alunos e proporcionar-lhes o debate sobre o racismo no cotidiano. Ana não só aprovou, como se colocou à disposição para contribuir com aquilo que ela precisasse, tanto em questão de material, quanto em buscar algum recurso extra. De antemão ficou acertado que o miniauditório da escola ficaria à cargo das aulas de História no próximo mês. Foi o pontapé que Lúcia precisava, animadíssima e com um turbilhão de ideias em mente ela colocou seu projeto em ação.

Na primeira semana começaram as atividades, Lúcia levou um grupo de Congadas, “Os Ayós”, de tradição e louvor à São Benedito, um dos santos pretos mais populares do Brasil, para se apresentarem no teatro da Escola. Ela queria lhes mostrar a riqueza da congada, que é uma manifestação cultural e religiosa afro-brasileira, um cortejo de músicas e danças. Que reúne elementos das tradições tribais de Angola e do Congo, com inspiração ibérica na parte religiosa, e que também recria o ritual de coroação de um rei congolês. São famosas em todo Brasil, pois encantam com as suas cores e cantorias e mostram a grandeza dos costumes e tradições do povo negro.

Na semana seguinte Lúcia com a ajuda de Ana transformou o teatro da Escola em uma sala de cinema e apresentou para os alunos o filme “Doze anos de Escravidão”.

Na terceira e última semana antes do grande dia a programação escolhida foi a apresentação de um grupo teatral do curso de Artes Cênicas da USP “Os Anunciadores” com a peça de teatro *Zumbi Zumbi*, o

*guerreiro negro*, que retratou a história desse grande líder e um dos principais personagens na luta pela libertação dos povos africanos no Brasil. Nascido no Quilombo dos Palmares, localizado no atual estado do Alagoas. Inclusive a data de 20 de novembro, como “Dia da Consciência Negra” foi escolhida como por coincidir com o dia atribuído à **morte de Zumbi dos Palmares**, em 1695, como forma de homenageá-lo.

Ao final das atividades planejadas que culminariam no dia do evento com a participação da família e comunidade escolar, Lúcia acreditava ter feito um bom trabalho, e sentia-se curiosa e empolgada pelos resultados que seus alunos que lhe apresentariam na atividade que ela lhes propôs. O desafio de atividade para cada aluno foi o seguinte:

Que cada um, juntamente com sua família apresentariam uma oficina artística com o tema “O que representa o povo negro para você e sua família?”, estaria valendo toda e qualquer manifestação artística e cultural escolhida.

No sábado, depois de conferir tudo, Lúcia foi para casa, tomou um banho caprichado colocou seu vestido colorido e adornou sua cabeça com um turbante de mesma estampa, presentes de sua avó materna, uma descendente de africanos forte e corajosa que morava na comunidade rural na redondeza da cidade.

Ao se olhar no espelho, para colocar os brincos e pulseiras, sentiu orgulho do caminho que percorreu para chegar ali, a caçula de três irmãos, filha de mãe solteira que dera duro para que ela e os irmãos recebessem educação e não faltasse o pão, fora a primeira da família a possuir um diploma de ensino superior. cursou Pedagogia na USP, e logo depois de concluir sua graduação engatou numa Pós-Graduação em História e Cultura Afro-Brasileira, pela mesma universidade. Terminara o ano passado, quando recebeu o convite de pegar as aulas de História de todas as turmas daquela escola, convite que aceitara prontamente.

Ao chegar na escola, por volta das 19hs, já havia alguns alunos com suas famílias se instalando em suas mesas, dava gosto de ver a animação de cada grupo familiar, preparando seu espaço para receber os colegas e suas respectivas famílias e compartilhar de sua oficina. O burburinho era contagiante, as palavras e gritos de euforia se perdiam em meio à

voz de Elza Soares que cantarolava ao fundo “Quem não sabe de onde veio, não sabe pra onde vai/ Sou preta, favelada, abusada e sou linda demais/ Vem comigo Rebecca! Yeah, yeah!”.

Lúcia se animou com o que via, tinha família preparando uma apresentação de roda de capoeira, no espaço ao lado, um varal de fotografias de personalidades negras: Martin Luther King; Nelson

Mandela; Os Panteras Negras; Ella Fitzgerald; Zumbi dos Palmares; Dandara; Aleijadinho; Tereza de Benguela; Luís Gama; Estêvão Silva; Machado de Assis; José do Patrocínio; João da Cruz e Souza; Machado de Assis; Nilo Peçanha; Pixinguinha; Elza Soares, Antonieta de Barros; Carolina de Jesus; Grande Otelo, ligavam a quadra de um lado ao outro. Ao fundo uma aluna preparava uma banda improvisada de tambores para a “Batuqueira” com seus pais, dois músicos de Samba conhecidos da região.

Enquanto caminhava pelos corredores e apreciava as apresentações de logo mais, uma explosão de sentimentos tomava conta de seu ser, alegria, euforia, coragem, força, esperança, por ver seu povo retratado de maneira tão singular, diferentemente das representações do negro submisso e inferiorizado das páginas do livro didático que usava o ano todo. Subitamente uma cena lhe chamou atenção, Amondi uma aluna queniana, de família refugiada que vivia a cerca de dois anos no Brasil, estava parada atônita em frente à mesa de outra colega Alice, uma descendente de família holandesa que viera para o Brasil na década de 1940, as duas alunas do 6º Ano.

Do rosto de Amondi desciam lágrimas silenciosas, mas que escorriam numa força brutal, que pareciam tomar conta de todo o seu ser. Aquela menina de 1,50 de altura, magra, pele negra retinta, de cabelos crespos, curvatura 4C, para os (as) adeptos da transição capilar, parecia nesse momento um pouco menor aos seus olhos, nesse momento. Seus pais estavam logo atrás dela com uma expressão tão perplexa quanto à da filha.

Foi quando chegou mais perto que Lúcia se deu conta do motivo. Na mesa em frente, havia sido preparada uma minixposição de quadros em tela muito bem pintados. Todas as pinturas eram rostos e corpos de mulheres negras. Cada imagem mais linda que a outra, de uma qualidade e perfeição inquestionáveis.



Cora, mãe de Alice era artista plástica e professora na cidade de pintura em tela. O olhar de Lúcia percorreu cada quadro até que encontrou aquele em que Amondi fixara seu olhar. De quase um metro de altura, uma mulher negra toda adornada com colar de sementes, brinco de flores, ostentava uma farta cabeleira em estilo black power revestida de bombril. Lúcia parecia ter levando um soco no estômago, sua cabeça girou e por um segundo desejou não estar ali. Voltou em si com a voz de Cora, mãe de Alice que perguntava atordoada para Amondi:

O que foi? Porque você está assim? Não gostou dos quadros? Preparamos com tanto capricho e carinho para vocês (nesse momento podia-se ouvir o tom de voz enaltecendo o VOCÊS), que a distanciou ainda mais da família diante de si. Cora, neta de imigrantes holandeses, era branca de uma pele tão alva que reluzia, seus cabelos loiros, sempre bem escovados, destacavam ainda mais seu par de olhos azuis. Alice, sua filha, era uma mini cópia da mãe.

Amondi não respondeu de imediato, parecia engasgada, meio torpe, o olhar perdido entre um quadro e outro davam a impressão de eles estarem gritando para ela palavras que os outros ali presentes não eram capazes de ouvir. De repente, olhando para Alice e não para a mãe, ela respondeu entre choro e soluços (agora, era possível ouvi-los à distância):

Como poderia gostar? Se desde o ano passado quando cheguei nessa escola tenho sido alvo de piadas e brincadeiras pelos meninos da nossa e de outras salas, que na hora do recreio ou sempre que podem me chamam de pixaim, negrinha do bombril, buchinha, e outros tantos apelidos maldosos? E você Alice sabia o quanto isso me magoava, como pode fazer isso comigo?

Nesse momento, Adla sua mãe abraçou a filha por trás enquanto compreendia o motivo pelo qual seu *pequeno raio de luz*, era assim que a chamava, parecia murchar cada dia mais, como uma flor exposta ao fogo, depois de chegarem ao Brasil. Sem nunca ter mencionado nada do que se passava com ela. A menina voltou-se para a mãe, se aninhou em seus braços e derramou ali toda a sua dor, aquele choro era de partir o coração de qualquer um ali presente, era um pranto que vinha da alma, de uma alma diariamente machucada.

Foi quando Cora, doida por sair daquela situação

embaraçosa esbravejou em alto e bom tom:

Não há necessidade de tanto drama menina! Você deveria se sentir lisonjeada sabia? Até a Bombril fez uma linha em homenagem a meninas como V-0-C-Ê, ela lançou a Krespinha! Ta vendo só que honra?!

Lúcia não acreditava que ouvira aquilo, era demais para ela, sentido a tensão se espalhando pelo ar, sabia que estava prestes a perder o controle da situação. Precisava intervir imediatamente, olhando para Amondi sendo consolada pela mãe, passou um filme pela sua cabeça, quantas vezes passara por situações como essa quando criança ou adolescente na escola, ela sabia o quanto aquilo doía, e como era importante e necessário fazer algo a respeito, agora.

Mas o que fazer? Como explicar para Cora, Tadeu e Alice que o ato que haviam cometido era extramente ofensivo, pejorativo, e de caráter racista? Pedir para retirarem o quadro da exposição resolveria o problema? E quanto aos outros alunos que vinham cometendo atitudes racistas contra Amondi há no mínimo um ano, bem diante dos seus olhos e de outros professores, como corrigi-los e educá-los para uma outra postura?

Eram muitas questões que a pegaram de surpresa, não estavam no cronograma da noite. Lúcia precisava pensar rápido, o acontecimento e a situação que explodira (mas que na verdade só revelou um problema já existente), necessitava de uma tomada de decisão e uma atitude diante de todos ali presentes, famílias e comunidade escolar.

Naquele instante Lúcia desejou não ter organizado o evento, mas antes mesmo de se autocensurar por tal pensamento de fraquejo, lembrou-se das palavras do professor Kabengele Munanga, em uma palestra durante sua Pós-Graduação “A educação colabora para perpetuar o racismo”. Sentiu como um ânimo novo subindo pelas suas pernas e caminhou à passos largos em direção ao sistema de som.

Ao se virar para todos ali presentes e pegar o microfone, Lúcia sabia que não tinha o dever apenas de combater e desconstruir o pensamento colonizado e racista, ela precisava preparar um novo caminho para que Amondi pudesse recuperar o brilho e a confiança que trouxera do Quênia.

## O CONTEXTO ESCOLAR

A Escola Municipal José Benedito dos Santos fica na

região central de Guararema. Trata-se uma escola voltada para alunos de classe social B e C, com pais que possuem empregos fixos, casa própria em sua maioria, e estabilidade financeira. Dessa forma, o perfil socioeconômico dos estudantes encontra-se num nível intermediário, nem abastados nem tampouco necessitados. Justamente por isso, alguns problemas que são comumente encontrados em escolas periféricas como alto índice de evasão escolar, de violência e precariedade da estrutura escolar não refletem a realidade desta escola. Até por volta de 2010 não era muito comum a presença de estudantes negros na escola, pois estes se destinavam principalmente às escolas das regiões mais afastadas da cidade.

Com a mudança de muitas famílias de origem africana para São Paulo e região a partir de 2010, fugindo das situações de conflito ou em busca de melhores condições de vida. Tornou-se mais comum a presença de famílias estrangeiras vindas de todas as partes, na capital, onde há mais oferta de trabalho e nas cidades vizinhas, onde é possível residir com mais segurança, e até mais barato e se deslocar com facilidade para o centro urbano.

Com esse movimento migratório aumentou a frequência de estudantes da raça negra na Escola José Benedito dos Santos, alterando a realidade escolar até então vivenciada. Ana a coordenadora que estava em seu segundo período consecutivo como integrante da equipe gestora, também de família negra, porém de pele bem mais clara que Lúcia e marcas corporais menos gritantes, sempre se preocupou com as questões raciais e com as políticas educacionais das quais demandavam o sistema de educação brasileiro para a construção de uma educação em equidade.

Foi esse um dos motivos que a levou a convidar a professora Lúcia para ministrar as aulas de História. Desde 2015, ela lecionava Artes e Ensino Religioso. Ana ao saber que ela havia concluído seu curso de Pós-Graduação em História e Cultura Afro-Brasileira, atenta às mudanças no perfil de alunos, e às demandas do próprio currículo escolar em decorrência da promulgação da Lei 10. 639/03 achou promissora e enriquecedora a possibilidade de ter uma professora com essa capacitação entre o quadro de docentes. Assim, no início do ano letivo de 2019, com empenho e desejo de mudanças, Lúcia assumiu a cadeira da disciplina de História.

Como sabemos a democracia racial e a cordialidade são “mitos” que pretenderam invisibilizar, silenciar a existência do racismo no Brasil. Um dos caminhos para a construção de uma representação positiva sobre o afro-brasileiro é a tarefa de desnaturalização das desigualdades raciais.

Por isso ao refletirmos sobre o papel do educador nessa construção, é mister que tenhamos consciência da nossa responsabilidade como educadores, buscando em nosso cotidiano, não apenas promover o debate sobre estas questões, mas primordialmente ações que efetivem uma educação antirracista (Gomes, 2004).

Para isso é fundamental que a cultura e a história destes grupos historicamente discriminados estejam presentes no currículo, não apenas nas datas comemorativas, mas no dia a dia, na construção do histórico escolar.

## REFLETINDO A SITUAÇÃO-PROBLEMA

Como vimos no conto acima a professora Lúcia está diante de um dilema:

Como explicar para Cora, Tadeu e Alice que o ato que haviam cometido era extramente ofensivo, pejorativo, e de caráter racista? Pedir para retirarem o quadro da exposição resolveria o problema? E quanto aos outros estudantes que vinham cometendo atitudes racistas contra Amondi há no mínimo um ano, bem diante dos seus olhos e de outros professores como corrigi-los e educá-los para uma outra postura?

E por outro lado, como trabalhar positivamente para que a identidade negra de Amondi seja resgatada? O racismo pode se manifestar no convívio diário com os colegas, nos corredores, na hora do lanche, nas brincadeiras no pátio ou até mesmo em sala de aula. A omissão de professores, pais e direção quanto à violência velada do racismo escolar também é agressão.

Na infância e adolescência atos discriminatórios podem deixar sequelas incuráveis. Um passo importante em busca de uma educação antirracista é reconhecer a existência dessas atitudes na escola e buscar intervir de modo pedagógico. O silêncio por parte do professor pode demonstrar convivência, gerando baixa autoestima e revolta em quem sofreu a ação racista. Portanto, professores, coordenadores e diretores precisam estar sensibilizados para a gravidade deste problema, que pode intervir negativamente na vida do estudante.

Diante disso apresentamos as ponderações a seguir, não com intuito de apresentar um caminho único, mas de promover o debate e a reflexão sobre o contexto histórico, social e cultural que cerceiam o acontecimento descrito.

## NOTAS DE ENSINO

Com a alteração da Lei nº 9.394/96 por meio da inserção dos artigos 26-A e 79-B, referidos na Lei nº

10.639/2003, torna-se obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas no currículo oficial da Educação Básica e inclui-se no calendário escolar o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra”. Segundo a LDBE – Lei nº 9.394, e suas alterações fica estabelecido que:

Art. 26-A. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

Após promulgação da lei 10.639/03 observam-se muitas produções de livros e materiais, didáticos e paradidáticos, que contribuem com a valorização de textos e imagens dos negros no intuito de desmistificar alguns estereótipos desse grupamento populacional.

De acordo com as orientações observadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana e da cultura indígena (BRASIL, 2003), na atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no capítulo destinado à Educação Básica (BRASIL, 2017), ao discutir a diversidade étnico-racial na escola, tem-se como principal meta a superação de situações cotidianas atravessadas pelo racismo e diversas ações de discriminação, além do exercício de convivência com a diversidade e respeito às diferenças.

Por isso é essencial, refletirmos e buscarmos promover práticas educativas que levem à mudança em direção a uma escola cidadã, que seja comprometida com os direitos humanos e a construção de identidades que visem a valorização de cada grupo étnico para a formação da sociedade brasileira.

Uma vez que, é o âmbito escolar, o espaço social propício aos estudantes para adquirirem conhecimentos necessários tanto à sua formação intelectual quanto cultural e social. Para uma sociedade realmente inclusiva e integradora, é necessário que haja uma mudança geral de posicionamentos, a partir do entendimento de que qualquer condição de desigualdade, abrange a necessidade educacional de uma ação que busque a luta pela equidade em que as pessoas se respeitem, independente de raça, classe, gênero ou alguma limitação que porventura possuam, partindo dos direitos de todos à educação, independente das diferenças individuais ou de princípios.

O racismo pode se manifestar no convívio diário com os colegas, nos corredores, na hora do lanche, nas brincadeiras no pátio ou até mesmo em sala de aula. A omissão de professores, pais e direção quanto à violência velada do racismo escolar também é agressão. De forma que a escola que deverá ser local de acolhimento de todo estudante, independente da etnia, acaba não oferecendo esse acolhimento, não havendo inclusão quando não traz para seu cotidiano práticas que reconheçam positivamente o estudante, sua aparência, sua cultura e costumes.

No entanto, não é uma tarefa fácil trabalhar pedagogicamente com a diversidade, sobretudo em um país como o Brasil, marcado pela exclusão social. Dessa forma, a escola, deve buscar, em seu planejamento pedagógico dar ênfase às diferenças de classe, raça, gênero e culturais entre seus alunos, bem como às relações que estes indivíduos estabelecem consigo e com os outros. Para Louro (1997), no espaço escolar são instituídos códigos e símbolos que contribuíram para a formação identitária, agregando, elegendando, classificando e legitimando as diferenças.

Munanga (2005) em relação à cultura negra e suas identidades aponta que devemos nos atentar ao fato de que a identidade negra é formada por um complexo de identidades (gênero, raça, classe social, etnia, nacionalidade). Um dos caminhos propostos por Gomes (2004) na construção de uma representação positiva do afro-brasileiro é a tarefa de desnaturalização das desigualdades raciais.

A discriminação racial opera, na nossa sociedade, como um processo que acarreta inúmeras desvantagens para o grupo negro e para toda a sociedade brasileira, direta ou indiretamente. Compreende-se que o reconhecimento positivo das diferenças étnicas deve ser proporcionado desde os primeiros anos de vida. Para tornar a pré-escola um espaço positivo ao entendimento das diferentes etnias, é necessário observarmos o processo de socialização atualmente desenvolvido no espaço escolar, que conforme demonstrado por diversos estudos e pesquisas parece ignorar essa questão [...] (CAVALLEIRO, 2006 p. 26).

Nesse sentido Nilma Gomes (1996) defende que a escola é um dos espaços que interfere no complexo processo de construção das identidades, de forma que o tempo de escola ocupa um lugar privilegiado na vida de uma grande parcela da sociedade brasileira. Nesse tempo são registradas lembranças, que produzem experiências e deixam profundas marcas naqueles que tem acesso à educação escolar. Por isso, observamos no relato acima, que retrata o cotidiano e a realidade escolar da escola pública e também da escola privada brasileira, a importância

da formação continuada para professores em relação a questão racial e a educação para as relações étnico-raciais frente a urgência do debate e preparo desses profissionais para lidarem com seus alunos no intuito de prepará-los, mas também de promover o espaço escolar da igualdade e da reparação histórica, social e cultural que demandam.

Nesse sentido, buscou-se discutir e promover a reflexão e diálogo na apresentação desse caso para ensino sobre a importância da interação família e comunidade escolar na luta pela desconstrução do racismo e pela equidade racial. Bem como fomentar o debate sobre as contribuições da formação continuada e da capacitação docente frente às questões raciais, e por fim abordar a necessidade de se pensar não apenas uma educação antirracista no sentido de combate ao racismo, mas uma educação que constrói pontes e possibilita novos caminhos de encontro consigo e com seus pares para estudantes negros.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. LDBE - Lei nº 9.694 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [www.jusbrasil.com.br/topicos/11691973/artigo-26-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/11691973/artigo-26-da-lei-n-9394-de-20-de-dezembro-de-1996). Acesso em 06 dez. 2020.

BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. D.O.U de 10/01/2003. Disponível em: [www.jusbrasil.com.br/topicos/11013671/lei-n-10639-de-09-de-janeiro-de-2003](http://www.jusbrasil.com.br/topicos/11013671/lei-n-10639-de-09-de-janeiro-de-2003)? Acesso em 06 dez. 2020.

CAVALLEIRO, Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2006.

GOMES, Nilma Lino. Educação e Identidade Negra. In: BRITO, A. et al. Kulé-Kulé: educação e identidade negra. Maceió: EDUFAL, 2004. Disponível em <<http://www.ideario.org.br/neab/kule1/Textos%20kule1/nilma%20lino.pdf>> Acesso em 20 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. Educação, raça e gênero – Relações imersas na alteridade. In: Cadernos Pagu (6-7) 1996, pp.67-82.

LOURO, Guacira Lopes (Org). Gênero, Sexualidade e Educação. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2001.

MUNANGA, Kabengele (Org.). Superando o racismo na escola. 2ª ed. revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.